

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Superintendente: Wanddyck Freitas

ANO LXXXVI

SÃO PAULO — TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1976

NÚMERO 226

ATOS LEGISLATIVOS

LEI N.º 1.173, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1976

Cria cargos previstos na Resolução n.º 1, de 29 de dezembro de 1971, do Tribunal de Justiça do Estado, e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I — 14 (catorze) de Juiz de Direito, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 25.a, 26.a, 27.a, 28.a, 29.a e 30.a Varas Cíveis, 25.a, 26.a, 27.a, 28.a, 29.a e 30.a Varas Criminais e 5.a e 6.a Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital;

II — 2 (dois) de Juiz de Direito, padrão "D", classificado em 3.a entrância, destinados à 3.a Vara da Comarca de Franca e à 4.a Vara da Comarca de Presidente Prudente;

III — 1 (um) de Juiz de Direito, padrão "C", classificado em 2.a entrância, destinado à 2.a Vara da Comarca de Assis;

IV — 6 (seis) de Promotor Público, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 25.a, 26.a, 27.a, 28.a, 29.a e 30.a Varas Criminais da Comarca da Capital;

V — 2 (dois) de Promotor Público, padrão "D", classificados em 3.a entrância destinados à 3.a Vara da Comarca de Franca e à 4.a Vara da Comarca de Presidente Prudente;

VI — 1 (um) de Promotor Público, padrão "C", classificado em 2.a entrância, destinado à 2.a Vara da Comarca de Assis;

VII — 2 (dois) de Curador de Acidentes do Trabalho, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 5.a e 6.a Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital.

Artigo 2.º — Ficam criados:

I — na Comarca da Capital, os 25.o, 26.o, 27.o, 28.o, 29.o e 30.o Ofícios Cíveis, os 25.o, 26.o, 27.o, 28.o, 29.o e 30.o Ofícios Criminais e os 5.o e 6.o Ofícios de Acidentes do Trabalho, para servirem, respectivamente, junto às Varas da mesma denominação e numeração ordinal, a que alude o inciso I do artigo anterior;

II — na Comarca da Capital, o Cartório de Distribuição e Informação, previsto no artigo 95 da Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça, de 29 de dezembro de 1971;

III — na Comarca de Franca, o 3.o Cartório de Notas e Ofício de Justiça;

IV — na Comarca de Presidente Prudente, o 4.o Cartório de Notas e Ofício de Justiça.

Artigo 3.º — Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I — na Tabela I, 15 (quinze) de Diretor (Serviço — Nível II), referência "CD-7";

II — na Tabela III:

a) 33 (trinta e três) de 1.o Escrevente, referência "18";

b) 66 (sessenta e seis) de 2.o Escrevente, referência "16";

c) 183 (cento e oitenta e três) de 3.o Escrevente, referência "14";
d) 155 (cento e cinquenta e cinco) de Oficial de Justiça, referência "16";

e) 24 (vinte e quatro) de Fiel, referência "8";

Artigo 4.º — Os cargos criados pelo artigo anterior destinam-se:

I — aos Ofícios a que alude o inciso I do artigo 2.º, os seguintes:

a) 14 (catorze) de Diretor (Serviço — Nível II);

b) 28 (vinte e oito) de 1.o Escrevente;

c) 56 (cinquenta e seis) de 2.o Escrevente;

d) 188 (cento e sessenta e oito) de 3.o Escrevente;

e) 140 (cento e quarenta) de Oficial de Justiça;

f) 14 (catorze) de Fiel;

II — à 3.a Vara da Comarca de Franca, 5 (cinco) de Oficial

de Justiça;

III — à 2.a Vara da Comarca de Assis, 5 (cinco) de Oficial

de Justiça;

IV — à 4.a Vara da Comarca de Presidente Prudente 5 (cinco) de

Oficial de Justiça.

V — ao Cartório de Distribuição e Informação, a que alude o inciso

II do artigo 2.º;

a) 1 (um) de Diretor (Serviço-Nível II);

b) 5 (cinco) de 1.º Escrevente;

c) 10 (dez) de 2.º Escrevente;

d) 15 (quinze) de 3.º Escrevente;

e) 10 (dez) de Fiel.

Artigo 5.º — As despesas resultantes da execução desta lei corre-

rão à conta dos Códigos 03 — Tribunal de Justiça — Unidade Orçamentária 01

— Tribunal de Justiça — Elemento 3.1.1.0 — Pessoal e 17 — Secretaria da

Justiça — Unidades Orçamentárias 01 e 02 — Secretaria da Justiça e Ministério

Público — Elemento 3.1.1.0 — Pessoal, do Orçamento-Programa, suplementadas,

se necessário, com recursos provenientes de créditos suplementares, que o Poder

Executivo está autorizado a abrir nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º

865, de 12 de dezembro de 1975

Artigo 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Palácio dos Bandeirantes, 29 de novembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Nelson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

Jorge Wilhelm, Secretário de Economia e Planejamento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de novembro de

1976.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Subst.

LEI N.º 1.174, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1976

Extingue cargos no Quadro da Secretaria da Segurança Pública e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 1.º e 3.º do artigo 24 da Constituição do Estado (Emenda n.º 2), promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam extintos os cargos de Delegado de Polícia, Substituto, referência "CD-4", da Tabela I da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Segurança Pública, criados pelas Leis ns. 3.062, de 7 de julho de 1955, 7.715, de 17 de janeiro de 1963 e 8.651, de 15 de janeiro de 1965, vagos na data da vigência desta lei.

Artigo 2.º — Serão, obrigatoriamente, inseridos «ex officio», no primeiro concurso, que se realizar para provimento de cargos da carreira de Delegado de Polícia (5.ª Classe), referência "20", os ocupantes de cargos de Delegado de Polícia Substituto.

NESTA EDIÇÃO

LEIS

- Criando cargos previstos na Resolução n.º 1, de 29-12-71, do Tribunal de Justiça do Estado Página 1
- Extinguindo cargos no Quadro da Secretaria da Segurança Pública Página 1
- Aprovando o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1977/1979 Página 1

DECRETOS

- Dispondo sobre abertura de crédito suplementar à Secretaria da Agricultura Página 2
- Dispondo sobre retificação de enquadramento Página 6
- Autorizando a doação de materiais usados a entidades e prefeituras Página 7

CONCURSOS

- Escriturários para a Secretaria da Educação — Convocação Página 76
- Inspetores de alunos e serventes para a Secretaria da Educação — Convocação Página 76
- Visitadores sanitários para a Região de Ribeirão Preto — Classificação final pelo DAPE Página 79
- Servidores para a SUDELPA — Convocação Página 80
- Livre-docência na Faculdade de Direito da USP — Inscrições Página 85
- Professor assistente para a FAU — Inscrições Página 85
- Servidores para a Faculdade de Odontologia de São José dos Campos — Inscrições, resultado e convocação Página 87
- Servidores para a Faculdade de Música Maestro Jullão — Inscrições Página 87

NOVOS MODELOS — "RESTOS A PAGAR"

Encontram-se à venda na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A, à Rua da Moóca, 1839, os novos impressos dos Modelos Oficiais referentes a "RESTOS A PAGAR".

	Cr\$
Inscrição em Contas de Restos a Pagar —	
Modelo Oficial n.º 60 — folhas	1,00
Quadro Resumo de Despesas para Inscrição em Restos a Pagar — Modelo Oficial	
n.º 61 — folhas	1,00

SÃO PAULO - LEGISLAÇÃO

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS

	Cr\$
Assinatura anual	320,00
Com porte registrado	400,00
Venda avulsa por volume	60,00

Edições bimestrais contendo toda a legislação estadual, com índice. Mantemos em estoque coleções desde 1890.

Para este atendimento, os interessados deverão consultar previamente a Seção de Vendas — Rua da Moóca, n.º 1839. Fones: 92-3020 — 92-3238 — 92-6614 — 93-0490 — 93-5186 — 93-5187 — 93-5188 — 93-5189 — 292-3929 (ramais 46-57).

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A — IMESP, não fornece pelo Serviço de Recibo Postal.